

economia - Brasil

Gustavo H.B. Franco



Como fazer o impossível

A política econômica durante os primeiros anos do Plano Real continha no seu interior uma poderosa cadeia de determinações, cuja lógica era simples: tratava-se de maximizar as chances de sucesso da estabilização, o que dependia da construção de pilares indispensáveis, os chamados “fundamentos”, os ingredientes que faltaram a todos os outros planos anteriores, que o finado Mário Henrique Simonsen chamou de “anestesias sem cirurgia”.

Ali pelos idos de 1992 ou 1993, perguntados sobre o que seriam esses tais “fundamentos”, os economistas geralmente provocavam boas risadas nos políticos. A lista incluía o sempre presente ajuste fiscal, que não se sabia bem o que era, mas também outros temas que assustavam a todos como a abertura, a privatização inclusive das empresas então protegidas por monopólios constitucionais, as reformas na Previdência, no sistema tributário, no orçamento, além do fim dos bancos estaduais e da moralização dos processos de endividamento nos estados. Quanto mais adiante fosse a lista, mais impossível a estabilização parecia. O Brasil parecia condenado à mediocridade pois tudo que representasse verdadeira mudança era dado como “politicamente inviável”, sonhos de economista que não entende “o mundo real”.

Nesta semana que passou, algo semelhante pareceu se desenhar embora, é claro, numa escala muito diferente. O extraordinário esforço político que foi feito para passar o salário mínimo de R\$ 151 lembra muito o esforço para evitar a vigência da Lei Paim em 1993: quem não se lembra quando a Câmara aprovou com um único e solitário voto contrário (do então deputado Gustavo Krause) uma das mais irresponsáveis leis salariais de sua existência? A contragosto o Presidente Itamar Franco atendeu os apelos de seu ministro da Fazenda no sentido de vetar a lei e propor uma outra, que consumiu enorme esforço para ser aprovada. O Executivo estava na defensiva e tratava-se apenas e tão somente de evitar um desastre. Como hoje. Os R\$ 151 deixam o Brasil mais ou menos do mesmo tamanho, e evitam que se cometa uma irresponsabilidade que podia ter consequências sérias sobre a economia.

Sintomaticamente o presidente Fernando Henrique, dias antes da votação, declarou encerrada a temporada de reformas na Constituição. O governo parece não mais dispor da força e da iniciativa que exibia com desembaraço durante o primeiro mandato. E a Constituição ainda precisa ser modificada sim, se é que queremos pensar em reforma tributária, previdenciária e trabalhista, ou em remover a gratuidade do ensino universitário público e a limitação dos juros reais em 12%.

Parece que, novamente, nos encontramos num desses labirintos cercados de “impossibilidades”, onde tudo que precisamos para avançar encontra obstáculos de toda ordem. A privatização está parada, e não depende de um único voto no Congresso para continuar. As pequenas sabotagens, tão comuns nesse processo, subitamente parecem ganhar uma eficácia que nunca tiveram. Centenas de liminares, campanhas e invisíveis “operações-tartaruga” não evitaram a privatização da Vale e da Telebrás. Já com o Banespa, qualquer arremedo de dificuldade e lá se vão mais seis meses de adiamento. Até os funcionários do Banco do Estado do Maranhão ameaçam bloquear sua privatização. A que ponto chegamos.

Em 1993, foi o próprio ministro da Fazenda que ensinava a seus desanimados economistas que “o caminho se faz caminhando” e que as impossibilidades políticas nunca eram absolutas. A arte ali foi a de definir uma política econômica que alcançou enorme aprovação e que, para a sua continuidade, exigia que a agenda política dos economistas tivesse de se cumprir. As reformas, então, se tornaram possíveis, a despeito da má vontade dos políticos. E à medida que iam acontecendo, a política econômica (as “âncoras”) se reforçava, o que mantinha elevada a popularidade do Presidente, o que garantia a eficácia política do Executivo mesmo tendo em conta que o partido do presidente (que nunca foi nenhum portento em matéria de reformas liberalizantes) tinha menos de 100 parlamentares num total de 500.

Assim sendo, muitas coisas “impossíveis” foram feitas durante o primeiro mandato do presidente Fernando Henrique: o maior programa de privatização do mundo, um processo de abertura que transformou o Brasil, o fim de vários monopólios, o início da reforma na Previdência e na dinâmica do orçamento. Talvez a maior parte das listas hilariantes de 1993 tenha sido cumprida, e por gente que não era propriamente entusiasta do tema.

O que pode ocorrer agora para recompor a mágica, ressuscitar as reformas e fazer com que ocorram as mudanças que sabemos que são necessárias para dar sustentação à estabilidade e ao crescimento? O que pode ser? Agora no segundo mandato, como é a receita para fazer o impossível?